

CorakTV/Agência



Paim (C) preside debate, na mesa composta por José Nilton (E), Antônio Fernandes, Ives Gandra e Sebastião Vieira

## Centrais defendem o veto à Emenda 3

Apenas um dos dez debatedores que participaram de audiência no Senado, o tributarista Ives Gandra Martins, manifestou-se contra decisão de Lula

**A** audiência pública reuniu representantes do governo, do Ministério Público do Trabalho e de entidades sindicais. À exceção de Ives Gandra, todos apoiaram o veto presidencial à Emenda 3 ao projeto da Super-Receita, a qual atribuía ao Poder Judiciário a exclusividade para decidir sobre relações de trabalho entre uma empresa e uma pessoa jurídica formada por um único integrante. Os participantes do debate também exigiram a regulamentação da atividade sindical. Paim sugeriu ao movimento sindical que apresente ao governo uma pauta com reivindicações como o fim do fator previdenciário, redução dos encargos sobre a folha de pagamento das empresas e da jornada de trabalho, e participação dos trabalhadores no lucro das empresas. **Páginas 4 e 5**

### Audiência avalia aquecimento na Amazônia

Temas como desmatamento e alternativas para o desenvolvimento sustentável estão na pauta da audiência pública que a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas realiza na segunda-feira em Belém. Os parlamentares querem discutir os efeitos do aquecimento global sobre a Amazônia. **Página 2**

### Lúcia Vânia pede atenção aos canaviais

Favorável à decisão de investir na produção de biocombustível, Lúcia Vânia cobra atenção do governo à saúde dos trabalhadores nos canaviais. A vida útil deles para o trabalho, conforme estudo, é de apenas 12 anos, porque são submetidos a jornadas de mais de dez horas. **Página 3**

### Simon propõe Operação Mãos Limpas no país

Um esforço nacional para recuperar a legitimidade das instituições é defendido por Pedro Simon, diante das denúncias que atingem o Judiciário. O senador elogia a atuação da Polícia Federal e do Ministério Público e sugere uma Operação Mãos Limpas no Brasil, à semelhança da Itália. **Página 6**

### Senado homenageia o marechal Rondon

A contribuição do marechal Cândido Rondon ao desenvolvimento e à integração do país foi destacada ontem por nove senadores que ocuparam a tribuna em homenagem ao militar indigenista pela passagem dos 142 anos de seu nascimento. Os oradores lembraram ainda o centenário da Comissão Rondon, que desbravou o interior do país. **Página 8**

WladimirRodrigues



Na tribuna, Jayme Campos afirma que Rondon foi o primeiro brasileiro a se dedicar à causa indigenista



Impresso Especial  
5362005/DR/588  
SENADO FEDERAL  
CORREIOS

Comissão mista inicia, na segunda-feira, uma série de reuniões externas, em diferentes regiões do país, para debater formas de enfrentar as mudanças climáticas no planeta

## Audiência em Belém avalia efeitos do aquecimento sobre a Amazônia

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas realiza audiência pública na próxima segunda-feira, em Belém, com técnicos e representantes de órgãos governamentais e do setor produtivo para debater o uso da terra e a biodiversidade da Amazônia, pesquisas e mudanças climáticas. O objetivo dos parlamentares é discutir com a comunidade da região as formas de o Brasil enfrentar as consequências do aquecimento global.

O colegiado já definiu um calendário de suas audiências públicas até novembro. Outras três serão externas, e deverão ser realizadas nas cidades de Manaus, em junho, Cuiabá, em agosto, e São Paulo, em setembro. Os senadores e deputados pretendem definir ainda uma data para a realização de seminários com o objetivo de debater a reforma tributária, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o aquecimento global.

### Programação

A programação em Belém começa às 9h30, com uma visita dos integrantes da comissão ao Museu Emílio Goeldi. Em seguida, haverá apresentações de técnicos e cientistas sobre os temas “Uso da terra e biodiversidade da Amazônia”, “Redes de pesquisa e sua contribuição para o entendimento das mudanças climáticas globais e o papel da Amazônia”, “Experimento de grande escala biosfera-atmosfera” e “Iniciativa de ecossistema do milênio”.



Entre os assuntos a serem discutidos estão o desmatamento e a biodiversidade da região

Após as apresentações, haverá debate aberto com duração de 30 minutos e uma visita à exposição e ao parque zoológico, com almoço no próprio museu.

Às 14h30, está programada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Pará para debater “O avanço da fronteira agrícola e o desmatamento – diagnóstico e medidas de controle”. Participam Cássio Alves Pereira, secretário da Agricultura do estado; Valmir Gabriel Ortega, da Secretaria do Meio Ambiente; e representantes do Museu Emílio Goeldi, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e do Fórum da Amazônia Oriental (Faor).

Haverá um segundo debate na Assembleia sobre o tema “Alternativas para o desenvolvimento econômico sustentável da região”. Desse debate, participarão Maurílio de Abreu Monteiro, da Secretaria de Desenvolvimento,

Ciência e Tecnologia do estado; e representantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) da Amazônia Oriental.

### Reunião

Os parlamentares da comissão desmarcaram a reunião que aconteceria ontem, pois o presidente do colegiado, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), não conseguiu chegar a tempo em Brasília. O encontro trataria de assuntos administrativos. A data para a próxima reunião ainda será marcada. O vice-presidente da comissão é o senador Fernando Collor (PTB-AL) e o relator é o senador Renato Casagrande (PSB-ES).

A data designada pelos parlamentares para a apresentação do relatório final dos trabalhos da comissão é o dia 11 de dezembro.

## Projeto permite dedução das despesas com bebê em gestação

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, desde fevereiro, projeto de lei que autoriza a dedução, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física, das despesas com filhos e enteados nascituros, ou seja, ainda em fase de gestação.

A proposta (PLS 7/07), de autoria de Francisco Dornelles (PP-RJ), recebeu em abril parecer favorável de Kátia Abreu (DEM-TO), relatora na CAE – onde o projeto deve ser votado em caráter terminativo.

Dornelles afirma que há vários gastos durante a gestação que atualmente não podem ser deduzidos, como o enxoval e os móveis para o bebê e as despesas com o pré-natal. Ele acrescenta que, em alguns casos, ainda há redução da atividade laboral da gestante.

Em seu relatório, Kátia Abreu argumenta que “o Pacto de San José de Costa Rica, ratificado pelo Brasil em 1992, garante a proteção à vida desde a concepção”. Dessa forma, conclui ela, “deixou de haver razão jurídica ou técnica



Roosevelt/Instituto

**Dornelles propõe que nascituros possam ser declarados como dependentes no IR**

para que a dedução do Imposto de Renda referente aos dependentes continuasse a ser possível somente após o nascimento”.

Dornelles sustenta que o impacto de sua proposta sobre as receitas tributárias do governo federal será mínimo, mas que, em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, definiu o início da eficácia da medida para o exercício seguinte ao da realização dos ajustes, “caso necessário”, na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

Os senadores se reúnem hoje, a partir das 9h, em sessão não-deliberativa, destinada a debates parlamentares, a comunicados das lideranças e da Mesa diretora e à apresentação e leitura de propostas. Entre os oradores inscritos estão Paulo Paim (PT-RS) e Mão Santa (PMDB-PI).

### Dez anos sem Paulo Freire

A Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, especial em homenagem ao educador pernambucano Paulo Freire, que faleceu há dez anos. Freire foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros e criador de um método revolucionário de

alfabetização. O especial apresenta os trechos mais significativos de um de seus livros: Professora sim, tia não – Cartas a quem ousa ensinar, comentado por professores. O programa terá reprises amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Gerson Camata, Tião Viana, Flexa Ribeiro, Pedro Simon e Gilvam Borges

## Inácio Arruda quer fundos de desenvolvimento para Mercosul

Ao anunciar a instalação do Parlamento do Mercosul na cidade de Montevideu, na próxima semana, Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu ontem a criação de fundos de desenvolvimento para os países componentes do bloco econômico. O senador advertiu ainda para a importância de discutir no novo fórum regional, além de assuntos políticos, temas ligados à valorização do trabalho, bem como estratégias para a integração regional. Ele também destacou a necessidade de propor, junto aos bancos de fomento, a criação de fundos de desenvolvimento.

– O Parlamento [do Mercosul] não tem que ficar apenas no debate político, mas sim discutir quais as saídas para uma integração cada vez mais forte da América do Sul, porque é esse o nosso papel naquela instituição.



Inácio Arruda defende debate sobre valorização do trabalho no bloco regional

Como exemplo de possibilidade de utilização dos fundos de desenvolvimento, Inácio Arruda apontou a recuperação de mananciais hídricos. Segundo ele, a preservação de bacias como a do Pantanal, pertencente ao Paraguai e ao Brasil, se tornaria inviável sem um fundo de recursos comum que tornasse factível a realização de obras de recuperação nos dois lados da bacia.

## Virgílio critica possível fechamento de postos do Ibama no Amazonas

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), protestou contra a ameaça de fechamento de escritórios regionais do Ibama na região do Médio Amazonas. A denúncia, feita pelo jornal Amazonas em Tempo, não teria sido confirmada pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ela alega que os postos, nos municípios de Itacoatiara, Parintins e Manacapuru, serão apenas reestruturados.

O senador também apresentou denúncia da empresa Vide-

olar, que produz mídias virgens (CD-R e DVD-R) na Zona Franca de Manaus. Segundo a empresa, governadores do Nordeste estariam pleiteando o enquadramento desses produtos na categoria de bens de informática, o que retiraria o monopólio de sua produção da Zona Franca.

Virgílio ainda se disse preocupado com informações de que o PRB pretende “aparelhar” o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

## Camata sugere congratulações ao presidente eleito da CNBB

Gerson Camata (PMDB-ES) encaminhou ontem requerimento para que o Senado envie voto de congratulações ao arcebispo de Mariana (MG), dom Geraldo Lyrio Rocha, eleito presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Requereu ainda que o voto também seja encaminhado ao papa Bento XVI, ao arcebispo de Vitória, dom Luiz Mancilha Villela, e ao núncio apostólico no Brasil, dom Leonardo Baldisseri.

Camata disse que, aos 65 anos de idade, dom Geraldo Lyrio foi eleito com 92% dos votos dos integrantes da Assembléia Geral da CNBB, reunidos em Itaici, município de Indaiatuba (SP). Ele lem-



Gerson Camata (foto) lembra trajetória religiosa de dom Geraldo Lyrio Rocha

brou a trajetória do religioso, que, como sucessor de dom Luciano Mendes de Almeida na arquidiocese de Mariana, prometeu levar adiante a importante obra pastoral que seu predecessor realizou ao longo de mais de 18 anos.

Senadora cobra responsabilidade social de indústria e critica base do governo na Câmara dos Deputados por não votar aumento no FPM que Lula prometeu a prefeitos

## Lúcia Vânia: país deve investir no etanol, sem esquecer trabalhador

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou ontem que o Brasil deve investir na produção de biodiesel, mas salientou que o governo deve exigir contrapartidas de responsabilidade social das indústrias interessadas em investir no aumento da produção de cana-de-açúcar, como forma de não agravar os problemas de saúde já enfrentados pelos trabalhadores nos canaviais.

Ela citou estudo da socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, da Universidade Estadual Paulista, segundo o qual a exigência de maior produtividade por trabalhador encurtou o seu ciclo de vida útil para 12 anos, equiparando-o ao do tempo da escravidão. Segundo o Ministério da Saúde, disse Lúcia Vânia, nos canaviais cada trabalhador perde cerca de oito litros de água por dia, em uma jornada que ultrapassa dez horas de trabalho, com apenas uma refeição diária.

Além disso, ressaltou a senadora, diversas doenças crônicas, especialmente as do aparelho respiratório, costumam atingir os trabalhadores, que, de acordo com sindicatos da categoria, estariam submetidos à obrigação



Lúcia Vânia cita estudo que mostra queda da vida útil do trabalhador de canavial

da colheita de dez toneladas de cana-de-açúcar diariamente.

Lúcia Vânia informou que alguns empresários estão iniciando mudanças no sentido de beneficiar os cortadores, inclusive com contratos de trabalho e assistência médica. Ela citou a Usina Boa Vista, em Quirinópolis (GO).

A senadora ressaltou a formalização de parceria nipo-brasileira para viabilizar financiamentos de projetos de biocombustível em Goiás. Pelo acordo, disse, estão garantidos recursos em torno de US\$ 600 milhões para execução, ainda em 2008, das obras do alcoolduto que ligará os terminais

da Petrobras em Senador Canedo (GO) e Paulínia (SP).

Ela lembrou que relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da ONU, que deverá ser divulgado hoje, vai sugerir que os governos dêem ênfase ao etanol como energia até 2020.

### Municípios

Lúcia Vânia criticou a ausência de parlamentares da base do governo no Plenário da Câmara dos Deputados na última quarta-feira, durante a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 285/04) que eleva em um ponto percentual, de 22,5% para 23,5%, os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– Ao anunciar que havia recebido instruções do Ministério do Planejamento para não votar, o líder do governo afirmou que os técnicos se deram conta de que não havia dinheiro disponível para pagar as prefeituras. O que mais preocupa é o fato de o presidente Lula e sua equipe não estarem falando a mesma linguagem. Pior: o presidente fazer promessas que depois não podem ser cumpridas, desautorizando-o perante toda a nação – afirmou.

## Nery e Suplicy pedem aprovação da Câmara à PEC do trabalho escravo

Com o objetivo de solicitar rapidez na aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição que permite a expropriação das terras onde for descoberto o uso de trabalho escravo, os senadores José Nery (PSOL-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) reuniram-se ontem com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP). A PEC 438/01, que tramita naquela Casa, foi aprovada pelo Senado em 2001.

A proposta encontra resistência na chamada bancada ruralista da Câmara, fato reconhecido por ambos os senadores.

– Alguns setores da bancada ruralista são os que mais se opõem à aprovação. Queremos dialogar com eles – declarou José Nery, presidente da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo do Senado.

Suplicy afirmou que os deputados que compõem esse grupo entendem que a propriedade privada “deve ser defendida em qualquer circunstância, mesmo quando se constata uma falta gravíssima como a prática do trabalho escravo”. Ele também defendeu a necessidade de diálogo com tais parlamentares.

O senador ressaltou ainda que a Constituição federal “define com clareza que o uso da propriedade, o direito de propriedade, deve sempre levar em conta a realização da justiça social, ou seja, da finalidade social da propriedade”.

De acordo com José Nery, a cada ano são libertadas mais de 4 mil pessoas exploradas sob a forma do trabalho escravo, “sem contar aqueles sobre os quais nem sequer se tem conhecimento”. Em muitos desses casos, as



José Nery admite que é preciso negociar com a bancada ruralista

vítimas são proibidas de deixar as fazendas onde trabalham sob o argumento de que têm de pagar suas dívidas com os patrões.

– Manifestamos a necessidade da urgência de se aprovar a PEC, e Arlindo Chinaglia mostrou-se sensível à questão – declarou ele, lembrando que a matéria já foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados.

Ainda segundo José Nery, Chinaglia tentará um acordo com as lideranças partidárias para aprovar a matéria, mas não se discutiram na reunião de ontem os prazos para que isso ocorra.

Sindicalistas, autoridades do governo e senadores debatem em audiência pública estabilidade dos dirigentes sindicais e disciplina do direito de greve

## Representantes do Executivo apontam omissão da lei

Para o procurador regional do Trabalho Ricardo José Macedo de Brito Pereira, a Constituição brasileira, apesar de assegurar a liberdade sindical, deixa margem para a continuidade da interferência do Estado, ao trazer, em seu texto, alguns elementos da legislação anterior.

Segundo o procurador, a garantia constitucional contra a demissão arbitrária de dirigentes sindicais, desde o início da candidatura até um ano após o término do mandato, é um instrumento fundamental para o exercício pleno do cargo.

– A Constituição federal estabeleceu princípios democráticos. Por isso, a unicidade sindical é, hoje, uma contradição dentro da própria Constituição, pois restringe o direito à liberdade sindical – afirmou Ricardo Pereira.

Luiz Antônio de Medeiros, que representou na audiência o ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego, considerou como grave o fato de 90% dos sindicatos fundados ultimamente estarem “unicamente interessados no imposto sindical”.

– Não é possível ficar como está. É preciso mudar a estrutura sindical tanto dos trabalhadores quanto dos empresários, pois é antiga, arcaica e superada. Quem perde com isso são os trabalhadores, que ficam sem representantes.

### Estabilidade

A legislação que dispõe sobre a estabilidade dos dirigentes sindicais foi bastante criticada pelos representantes do Ministério do Trabalho e do Ministério Público. Para eles, a atual norma é omissa, e, por isso, tanto o Supremo Tribunal Federal (STF) quanto o Tribunal Superior do Trabalho (TST) têm julgado ações conforme a legislação anterior, que previa, segundo o procurador, interferência do Estado.

Ricardo Pereira explicou também que, por falta de legislação específica e para evitar abusos na indicação excessiva de representantes sindicais com proteção contra demissão, os tribunais têm entendido que cada sindicato pode ter apenas sete dirigentes com garantia de estabilidade.

Medeiros destacou que, na sua época de sindicalista, “eram 24 dirigentes com estabilidade, mas isso era respeitado, pois estava na lei, que hoje é omissa”.



Moacyr Auersvald, Carlos Henrique de Oliveira, Ricardo Pereira, Paulo Paim (na presidência da reunião), Luiz Medeiros e Cícero Lucena

# Governo defende reforma sindical e centrais pedem regulamentação

A regulamentação da atividade sindical no país foi reclamada ontem, durante audiência pública no Senado, por representantes de diversas entidades de trabalhadores, enquanto representantes do governo defenderam a necessidade de uma reforma da legislação sobre o assunto. Os sindicalistas manifestaram-se contrários à pluralidade de órgãos sindicais e cobraram a regulamentação do direito de greve no setor privado e no serviço público.

A audiência, promovida em conjunto pela Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), teve a finalidade de discutir ocorrências de demissões arbitrárias de dirigentes sindicais e membros de comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas).

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

(CGTB), Antônio Fernandes dos Santos Neto, disse que o Ministério Público e os tribunais fazem interpretações dúbias da norma legal, o que, segundo destacou, prejudica os sindicatos. Ele argumentou que as entidades são impedidas de agir na defesa dos trabalhadores.

### Direitos

Já o secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, Luiz Antônio de Medeiros Neto, pregou a retomada da reforma sindical para proteger os direitos dos trabalhadores e dos empresários. A mesma opinião foi expressa pelo procurador regional do Trabalho Ricardo José Macedo de Brito Pereira.

Por sua vez, Carlos Henrique de Oliveira, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirmou que os dirigentes sindicais sofrem assédio moral e discriminação no mercado de trabalho e que a legislação não pune empresários

que dificultam ou impedem a atividade dos representantes de sindicatos.

O secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Moacyr Roberto Tesch Auersvald, salientou que os empregadores realizam uma “caça às bruxas” quando um empregado assume um cargo em sindicato. Isso ocorre desde que o empresário toma conhecimento de que seu funcionário pretende participar de eleições sindicais, frisou.

Para o representante da Indústria Alimentícia do Rio Grande do Sul, Darci Pires Rocha, as várias omissões legislativas que existem atualmente sobre o assunto têm muitos culpados.

Participando do debate, o sociólogo do trabalho e professor Paulo Albuquerque, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, disse que os parlamentares falharam na construção de uma legislação mais ampla sobre os movimentos sindicais.

## Nery prega adoção de norma específica para o setor

No curso dos debates, o senador José Nery (PSOL-PA) defendeu a regulamentação dos sindicatos mediante legislação específica. No entanto, afirmou que o próprio movimento sindical precisa definir suas regras e estabelecer a forma de atuação.

Para José Nery, o Parlamento deve discutir as proposições que disciplinem e consolidem o processo de organização sindical capaz de garantir a estabilidade dos dirigentes sindicais, bem como a representação e autonomia das entidades.

Por sua vez, o senador Romeu Tuma (DEM-SP) ressaltou que a legislação da atividade sindical no país deve contemplar o direito de greve e facilitar os acordos entre os trabalhadores e os empresários. Ele salientou que o direito de greve dos servidores públicos também não está regulamentado.

Tuma observou que o Ministério Público, nesses casos, atua com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), porque o tema ainda não foi regulamentado pelo Congresso, conforme têm lembrado os tribunais em

decisões sobre a matéria.

O representante da CUT, Carlos Henrique de Oliveira, disse que o Legislativo precisa aprovar a convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata, entre outros assuntos, da negociação coletiva no serviço público.

Na opinião do sindicalista, poderá haver dificuldade na aprovação de normas que disciplinem os sindicatos, uma vez que não foram votadas as leis que regulamentam o direito de greve na própria administração pública.

## Paim sugere a apresentação de pauta mínima

Autor do requerimento que resultou na realização da audiência pública, o senador Paulo Paim (PT-RS), também presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sugeriu ao movimento sindical brasileiro que apresente ao governo federal uma pauta mínima unificada com cinco reivindicações em nome dos trabalhadores brasileiros.

Na opinião de Paim, os principais pontos que deveriam fazer parte dessa pauta são: o fim do redutor de 30% sobre as aposentadorias, conhecido como fator previdenciário; a redução dos encargos sobre a folha de pagamento das empresas; menor jornada de trabalho sem diminuição de salário; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; e aumentos reais de salário para os aposentados e pensionistas que ganham mais de um salário mínimo.

O senador pelo Rio Grande do Sul elogiou o debate.

– A audiência foi muito positiva, principalmente porque surgiu de uma linha de discutirmos, em maio, mês do trabalhador, assuntos de interesse dos trabalhadores – afirmou Paulo Paim, em entrevista à Agência Senado, após o término das discussões.

Para a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a audiência pública mostrou a importância da mobilização da classe trabalhadora.

– A democracia exige que os trabalhadores estejam permanentemente mobilizados para garantir seus direitos – salientou a parlamentar.

Lúcia Vânia (PSDB-GO), por sua vez, destacou a necessidade de se garantir a estabilidade dos trabalhadores que assumem cargos de direção em sindicatos.

### Trabalho escravo

Na ocasião, Lúcia Vânia pediu a instalação de uma comissão específica para acompanhar a implantação das usinas de cana-de-açúcar que estão sendo construídas em todo o Brasil.

A senadora por Goiás afirmou que sua apreensão é com a fiscalização da mão-de-obra, para evitar a ocorrência de trabalho escravo e de crianças atuando nessas usinas.

– A minha preocupação é com o trabalho irregular – resumiu Lúcia Vânia.



A duração da jornada de trabalho é tema de diversas propostas legislativas

## Jornada de trabalho de 8 horas na indústria completa hoje 75 anos

A jornada de trabalho de oito horas diárias na indústria, instituída no Brasil em 4 de maio de 1932 por Getúlio Vargas, completa hoje 75 anos. Também aqui, como no resto do mundo, a luta pela redução esteve na pauta do debate sindical e de diversas greves desde o início do processo de industrialização, no final do século 19 e começo do século 20.

Segundo o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no Brasil, bem como em outros países, a indústria capitalista mecanizada associou, em seus primeiros tempos, “tanto a exploração extensiva como a intensiva da força de trabalho”. Os operários eram submetidos a jornadas de 10 a 12 horas, muitas vezes acrescidas de horas-extras. Era comum aumentar a velocidade das máquinas, impor multas ou utilizar violência contra os trabalhadores.

Antes de 1930, somente uma lei limitava a jornada de trabalho: o Decreto 313, de 1891, impedia que menores de idade trabalhassem por mais de nove horas, mas tinha incidência somente no Distrito Federal – à época, o Rio de Janeiro.

Foi a partir de 1932, com o início da implantação da ampla reforma trabalhista da Era Vargas, que o tema passou a ser tratado com profundidade. Em 4 de maio, o presidente baixou o Decreto

21.364, que instituiu a jornada de oito horas diárias e 48 horas semanais na indústria.

### Proteção

Os decretos de 1932, como observou a consultora legislativa Roberta Assis, iniciaram o processo de proteção à jornada de trabalho, aperfeiçoado em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que limitou o período de trabalho adicional a duas horas extras diárias. Além disso, criou as férias de 30 dias e, posteriormente, incorporou o descanso semanal remunerado (Lei 605, de 1949).

– Estabelecer limites para a jornada de trabalho e garantir repouso semanal e férias é de essencial importância para a dignidade do trabalhador – observou Roberta Assis.

A Constituição de 1988 estabeleceu um novo patamar para a jornada de trabalho, ao determinar que “a duração do trabalho normal não pode ser superior a oito horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

Atualmente, tramitam no Congresso propostas de redução da jornada semanal, a exemplo da Proposta de Emenda à Constituição 75/03, do senador Paulo Paim (PT-RS), que sugere o limite semanal de 36 horas.

Enquanto sindicalista considera “fraude” criar empresa para pagar menos imposto, jurista afirma que trabalhador tem direito de se igualar a profissional liberal na questão tributária

## Centrais sindicais defendem manutenção do veto à Emenda 3

“A reunião mostrou que o conjunto do movimento sindical é unânime pela manutenção do veto à Emenda 3.” Essa foi a conclusão a qual chegou Paulo Paim (PT-RS) ao final das quase quatro horas de debate realizado pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), sobre a emenda que restringiu a fiscalização nos casos de contratos entre empresas e firmas individuais prestadoras de serviços. Dos dez debatedores, apenas um, o advogado tributarista Ives Gandra da Silva Martins, posicionou-se pela derrubada do veto.

Quando o Congresso aprovou o projeto de Lei da Câmara 20/06, que criou a Super-Receita, incluiu uma emenda, a de número 3, atribuindo ao Poder Judiciário a exclusividade para decidir sobre relações de trabalho entre uma empresa e uma firma individual. Ao sancionar a Lei da Super-Receita, o presidente Lula vetou esse dispositivo. Constitucionalmente, cabe ao Congresso decidir sobre os vetos presidenciais, o que motivou a audiência pública realizada ontem.

O primeiro a se manifestar na reunião foi justamente o único a expressar opinião favorável à derrubada do veto presidencial. Ives Gandra defendeu a tese de que o trabalhador tem o direito de constituir uma empresa e ser contratado por meio dela para se igualar aos profissionais liberais e pagar menos tributos.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), José Nilton Pandelot, discorda do jurista. Enquanto Gandra argumentou que a emenda impediu apenas a fiscalização dos auditores da Receita Federal e da Previdência, Pandelot opinou que o texto, no mínimo, deixa dúvidas se o impedimento se estende também aos fiscais trabalhistas. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, foi taxativo ao considerar que a Emenda 3 impede também a fiscalização do Ministério do Trabalho.

Já o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Antonio Fernandes dos Santos Neto, considerou fraude o fato de um trabalhador criar uma empresa para, ao ser contratado, pagar menos impostos. O representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Moacyr Auersvald, opinou que a derrubada do veto à Emenda 3 deverá ampliar o número de trabalhadores brasileiros sem carteira assinada.

Por sua vez, o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Carlos Henrique de Oliveira, expressou sua preocupação de que a maioria dos deputados e senadores se posicione a favor da derrubada do veto. Ele confessou que foi esse o sentimento absor-

vido por integrantes de centrais sindicais que têm percorrido os corredores do Congresso. O conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Roberto de Figueiredo Caldas declarou que a contratação de pessoa jurídica por outra pessoa jurídica tem servido para fraudar as relações de emprego.

Para a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos Jorge, retirar o poder do fiscal de trabalho é o mesmo que

**Em audiência conjunta da CDH e CAS, apenas o advogado Ives Gandra se manifestou a favor da emenda**

tirar a polícia das ruas e deixar que as vítimas de assaltos, por exemplo, recorram à Justiça para que ela diga se o crime do qual foi vítima deve ser

investigado. José Calixto Ramos, presidente da Nova Central, disse que a Emenda 3 favorece apenas às empresas que buscam reduzir seus custos contratando funcionários como pessoas jurídicas.

A secretária de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical, Mônica Veloso, destacou que, ao aceitar ser contratado como pessoa jurídica, o empregado perde vários direitos, como décimo terceiro salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e férias. Ela também observou que a derrubada do veto provocará um retrocesso no esforço que o Brasil vem desenvolvendo para combater o trabalho infantil e o trabalho escravo.

## José Nery vê reflexo de “mentalidade escravagista”

“A Emenda 3 é fruto de uma mentalidade escravagista de alguns setores da sociedade que querem, a qualquer custo, colocar artifícios legais para diminuir a importância do trabalho humano.” Ao posicionar-se contra a derrubada do veto à Emenda 3, o senador José Nery (PSOL-PA) opinou que, apesar de travestida de moderna, ela representa uma visão atrasada que tem como objetivo tornar mais precárias as relações de trabalho e negar direitos históricos conquistados pelos trabalhadores ao longo de uma história de muita luta.

O parlamentar também registrou que o Congresso Nacional não aprecia nenhum veto presidencial há mais de dez anos e que a mobilização para decidir sobre a Emenda 3 é reflexo dos interesses que estão postos em torno dela. Ele defendeu a realização de uma grande mobilização popular para evitar que senadores e deputados derrubem o veto do presidente.

Já Paulo Paim, que, como presidente da CDH, comandou a audiência promovida em conjunto com a CAS, disse estar preocupado com o resultado da votação do veto em virtude

de o Regimento do Congresso estipular voto secreto quando se tratar de vetos.

Paim também anunciou que no dia 15 de maio ocorrerá uma nova audiência pública sobre a Emenda 3 com representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional do Trabalho (CNT), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo (OAB-SP).



Suplicy elogia programa de distribuição de renda proposto por republicano

## Suplicy aplaude proposta de candidato norte-americano para o Iraque

A proposta apresentada por um dos candidatos à Presidência dos Estados Unidos, o republicano Tommy Thompson, foi aplaudida por Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo o senador, Thompson propôs um programa de distribuição de parte da receita obtida com o petróleo do Iraque para o povo iraquiano, nos moldes do

programa implantado no estado norte-americano do Alasca.

Suplicy viu relação entre a proposta de Thompson e a Renda Básica de Cidadania, transformada em lei a partir de projeto de sua autoria. Ele explicou que o candidato propõe a divisão de receita do petróleo em três partes, sendo um terço para o governo

central iraquiano, um terço para os 18 territórios e um terço para a população. Outra proposta do norte-americano é de permitir que os 18 territórios do Iraque elejam seus líderes ou governadores.

O senador também anunciou que está à disposição do presidente e dos governadores para preparar a transição do programa

Bolsa Família para o da Renda Básica de Cidadania, “para que o presidente Lula, os 81 senadores, a Xuxa, o Pelé, o João, a Maria, qualquer pessoa, todos tenhamos o direito de partilhar da riqueza desta nação por meio de uma renda básica suficiente, na medida do possível, para atender às necessidades vitais de cada um”.

## Expedito defende servidores dos ex-territórios

Expedito Júnior (PR-RO) cobrou do governo o enquadramento dos servidores dos ex-territórios, principalmente de Rondônia, nas carreiras próprias da administração federal.

O senador disse considerar o fato de esse enquadramento ainda não ter sido realizado uma “negligência que compromete as contas públicas dos antigos territórios – hoje estados – e que reduz gradualmente a remuneração desses servidores em comparação à dos servidores enquadrados”.

– Essa situação irregular, reconhecida por sucessivos governantes, tem sido objeto de inúmeras proposições. Entretanto, o governo federal apenas instituiu grupos de trabalho e elabora intermináveis estudos com essa finalidade, mas acaba adiando as medidas que o caso requer – protestou.

Expedito disse ainda que o país, como democracia, não pode admitir tratamento diferenciado ou qualquer forma de discriminação.

Ele lembrou que as proposições que tramitam no Congresso sobre o assunto estiveram próximas de ser aproveitadas para um projeto comum com o governo, como estipulado em audiência realizada no Senado em 2005, com a presença do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

– O que mais nos deixa surpresos é saber que essa questão não comporta maiores polêmicas. Há um razoável consenso sobre a legalidade e a conveniência das providências necessárias, mas elas não são tomadas – argumentou.

## Simon quer uma Operação Mãos Limpas nas instituições do Brasil

Senador defende a adoção de medidas que busquem recuperar a imagem e a credibilidade dos três Poderes, semelhantes às tomadas pela Itália há dez anos

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu um esforço nacional para recuperar a legitimidade das instituições. Ao lembrar os dez anos da Operação Mãos Limpas, responsável por mudar a face da Itália, o senador disse que a corrupção, agora também visível no Judiciário, ameaça o país.

Simon advertiu sobre a crescente desmoralização das leis, das normas e dos princípios éticos, processo conhecido como anomia.

– Ao ver os dirigentes que estão no topo das instituições não cumprirem com suas responsabilidades, usando seus cargos em benefício próprio, os cidadãos passam a, também, agir da forma como bem entendem – explicou.

O senador citou como “maus exemplos vindos de cima o envolvimento em crimes de juízes, promotores, deputados, empresários, advogados, procuradores e colunáveis de Rondônia, presos no



Simon: o país precisa punir e combater a corrupção para recuperar legitimidade

ano passado”. Mencionou ainda os escândalos do mensalão e dos sanguessugas, e o favorecimento a casas de bingo por juízes.

– Eu não sei se fico amargurado ou se me encho de esperança quando vejo alcançados, pela Justiça, brasileiros de andares superiores da escala social – disse.

Simon elogiou a atuação da Polícia Federal e do Ministério

Público, “que têm sido firmes na defesa da lei, sem se curvarem a pressões de qualquer natureza”. Ele afirmou que os dois órgãos têm se empenhado na elucidação de crimes por meio dos quais aposentados e pensionistas vêm seus recursos “desviados para robustos e iluminados cofres de financiamentos de campanhas”.

Diante desse quadro, a população tende a generalizar sua visão acerca dos governantes, o que tem levado a baixos índices de credibilidade do Congresso.

– Dessa generalização ao risco de ruptura institucional pode ser outro passo. O que irá acontecer quando o tal estado de anomia social atingir um estágio incontornável, se é que já não atingiu? O Senado tem feito alguma coisa, mas uma lei aqui e outra ali não vão resolver essa situação. Precisamos reformular tudo – observou.

## CPIs aguardam indicações para serem instaladas

Os líderes partidários no Senado têm prazo até o próximo dia 15 para indicar os parlamentares que irão integrar a CPI do Apagão Aéreo. Se isso não acontecer, caberá ao presidente do Senado, Renan Calheiros, designar os integrantes da comissão. O requerimento de criação da CPI foi lido em Plenário no dia 25 de abril.

Outra comissão que aguarda indicação de seus integrantes é a CPI das ONGs, que pretende, em 120 dias, analisar a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais e para organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), bem como a utilização por tais entidades desses recursos e de outros

por elas recebidas do exterior, de 1999 a 2006.

A CPI do Apagão Aéreo será considerada oficialmente aberta logo depois de indicados os 13 titulares. A partir da instalação, começa o prazo de 180 dias para ela investigar as causas e apontar as responsabilidades por problemas no sistema de controle de tráfego aéreo e nos aeroportos. Essas ocorrências teriam gerado a situação de crise que se instalou no setor de aviação civil desde setembro de 2006, a partir do acidente do Boeing da Gol com o jato Legacy.

Até o momento, o DEM indicou como titulares para essa comissão de inquérito os senadores Demostenes Torres (GO),

Antonio Carlos Magalhães (BA) e José Agripino (RN); e, como suplente, Raimundo Colombo (SC). O PSDB escolheu Sérgio Guerra (PE) e Mário Couto (PA) como titulares, e Tasso Jereissati (CE) e Arthur Virgílio (AM) como suplentes.

### ONGs

Já o requerimento para a criação da CPI das ONGs foi lido em Plenário no dia 15 de março. Ontem, o autor do requerimento, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), cobrou do presidente do Senado as duas indicações que faltam para que a comissão possa ser definitivamente instalada. Dos 11 titulares, faltam apenas os que devem ser indicados pelos líderes do PT e do PR.



Segundo Azeredo, doença considerada incurável é controlada com remédios caros

## Azeredo propõe isentar portadores de narcolepsia do IR

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou projeto (PLS 147/07) para incluir a narcolepsia entre as doenças cujos portadores são beneficiados com a isenção do Imposto de Renda (IR) sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Doença que até o momento é considerada incurável, a narcolepsia é um distúrbio neurológico que causa sonolência excessiva em situações e horários inesperados. Assim, o paciente corre riscos de acidentes e embarras nas atividades rotineiras, como trabalhar e dirigir.

“Os ataques de sonolência são irresistíveis e freqüentemente são acompanhados de cataplexia, paralisia do sono e alucinações na fase inicial do adormecimento”, explicou o senador na justificativa do projeto.

Para controlar a doença, os pacientes são obrigados a usar, continuamente, medicamentos de custo relativamente alto, o que consome uma boa parcela dos rendimentos próprios ou familiares, assinalou o senador.

A proposta de Azeredo acrescenta a narcolepsia à lista das doenças cujos portadores são isentos do IR, segundo dispõe o inciso XIV do art 6º da Lei 7.713. Recebem o benefício, entre outros, os portadores de alienação mental, Aids e cardiopatia grave, além dos que adquiriram doenças profissionais e deficiências provocadas por acidente de trabalho.



Mão Santa: diferença em relação a outros estados chega a 300%

## Mão Santa reclama de taxas cobradas pelo Detran do PI

Mão Santa (PMDB-PI) registrou ontem, em Plenário, notícia publicada na imprensa segundo a qual o Departamento de Trânsito (Detran) do Piauí estaria cobrando taxas superiores à de todos os demais estados do Nordeste.

— As diferenças são de até 300% — alertou o parlamentar, ao criticar o governo estadual.

O senador exemplificou o caso com o valor cobrado pela segunda via do Documento Único de Trânsito (DUT), que, no Maranhão, é de R\$ 47,22, contra R\$ 113,75, no Piauí. O problema envolveria ainda, de acordo com reportagens em diversos jornais do estado citadas por Mão Santa, a cobrança de uma taxa de financiamento de veículo — que não é cobrada em outros estados —, da qual até 80% do valor seria recolhido pela empresa financiadora, ficando o restante com o estado.

Em outro pronunciamento, o senador fez um alerta com relação ao aumento da violência no Piauí, segundo ele, “antes um estado tranquilo”. Para Mão Santa, o episódio mais recente ocorreu ontem na cidade de Uruçuí, quando oito homens fortemente armados assaltaram agências dos Correios e do Banco do Brasil e fugiram em uma camionete com três reféns: o vice-prefeito, Gilberto Gonçalves, o gerente do banco e um outro funcionário.

O senador lamentou que num momento como esse o estado tenha ainda que ceder policiais rodoviários federais para a segurança dos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro.

Integrantes da Comissão Mista de Orçamento irão ouvir informações do ministro do Planejamento sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008

# Paulo Bernardo participa de debate sobre a LDO na próxima terça-feira

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, participa de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), na próxima terça-feira, às 15h. Ele vai prestar, aos integrantes do colegiado, informações sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008 (PL 02/07-CN), enviado ao Congresso em 13 de abril.

A LDO estabelece as metas e prioridades de gastos que deverão ser consideradas na elaboração do orçamento anual do exercício seguinte, além de dispor sobre regras de finanças previstas na Constituição que ainda não foram objeto de regulamentação por lei complementar. A Resolução 1/06 do Congresso Nacional determina o debate da LDO com o ministro do Planejamento, a quem cabe enviar, cinco dias antes da audiência, textos explicativos sobre o projeto.

Depois do exame na CMO, o projeto da LDO seguirá para decisão do Plenário do Congresso, que só poderá entrar em recesso no meio do ano após votar a matéria. A proposta preparada pelo governo prevê um crescimento real do PIB (produto interno bruto) de 4,5%, com projeção de 5% para o triênio seguinte (2008/2010).

A evolução do PIB, que expressa o total das riquezas produzidas pelo país, já foi informada com base na metodologia de cálculo adotada recentemente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Para o triênio que se encerra em 2010, o projeto da LDO traz ainda previsão de um superávit primário (economia para pagamento de juros de dívida



José Maranhão (2º à esq., ao lado de Francisco Dornelles) preside a Comissão de Orçamento

pública) de 3,8% do PIB para todo o setor público.

Para o cumprimento da meta do superávit, o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) deve contribuir com uma economia de 2,2% do PIB — o equivalente a cerca de R\$ 60,8 bilhões em 2008. As empresas federais vão responder por R\$ 18 bilhões (0,65% do PIB), ficando a cargo de estados, municípios e suas estatais a economia restante.

### Juros em queda

Ao programar as metas, o governo considerou que a inflação ficará em torno de 4,5% no triênio (IPCA do IBGE) — a mesma meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) —, com intervalo de variação de dois pontos para cima ou para baixo. Quanto aos juros, a expectativa é de que a taxa Selic, descontada a inflação, caia progressivamente, para 7,3% em dezembro próximo, até chegar a 5,2% no mesmo mês de 2010.

## Para Marisa Serrano, iniciativas do PAC da Educação são insuficientes

Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou ontem que as iniciativas do recém-lançado Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) — o chamado PAC da Educação — são importantes, mas insuficientes para transformar o ensino no país. A senadora considerou “muito pouco”, por exemplo, as 400 creches anuais prometidas no plano.

Para diminuir a desigualdade social e econômica brasileira, afirmou a senadora, toda a sociedade precisa cobrar do governo investimentos na educação, principalmente quanto às crianças mais novas e à capacitação dos professores. Para ela, o descaso

com a educação produz mais desigualdade social.

— Estamos atrasados em todas as tarefas que representam mudar verdadeiramente a história da educação deste país — alertou Marisa Serrano.

A senadora frisou que o governo federal precisa cumprir o dispositivo da Constituição que assegura escola básica de qualidade para todos os brasileiros. Ela considera que nenhum programa de desenvolvimento vai conseguir promover “crescimento econômico com justiça social”, se a escola básica não for de qualidade e atender a todas as crianças.

— Precisamos unir esforços para

O governo prevê no texto da LDO uma recuperação do dólar, com a previsão de que a moeda feche em R\$ 2,17 no fim deste ano, para chegar a R\$ 2,37 até dezembro de 2010. Em trajetória de queda, a moeda norte-americana está cotada atualmente em pouco mais de R\$ 2. A desvalorização contraria os exportadores nacionais, já que seus produtos ficam mais caros no mercado externo, com perda de competitividade.

Na atual proposta para a LDO, o governo fixou em R\$ 12,36 bilhões os dispêndios atrelados ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI), que envolve obras de infra-estrutura consideradas prioritárias e também incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os gastos podem ser abatidos do resultado primário do governo (receitas menos despesas, fora juros), o que pode levar a uma redução do superávit primário, dos previstos 3,8% do PIB, para um valor efetivo de 3,4% do PIB.



Marisa Serrano considera “muito pouco” as 400 creches anuais prometidas no plano

enfrentar o desafio de educar pessoas autônomas, que tenham pensamento crítico e consigam associar idéias próprias aos conhecimentos adquiridos.

Em apartes, os senadores Expedito Júnior (PR-RO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiaram o pronunciamento da colega.



Flexa Ribeiro: relatórios mostram baixa qualidade do ensino estatal

## Flexa Ribeiro alerta para “caos” na educação do país

De 122 países pesquisados pelo World Economic Forum, entidade sem fins lucrativos com sede na Suíça, o Brasil ficou na 112ª posição em qualidade de seu sistema educacional e apresentou a maior carga tributária entre todas as nações. Números do relatório da entidade foram apresentados ontem pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que considerou “um caos” o ensino oferecido pelo Estado brasileiro.

— O relatório mostra a triste realidade da educação brasileira e o peso excessivo da regulação, da burocracia e da tributação do governo, que vem freando o desenvolvimento do Brasil — lamentou.

O senador lembrou que o ministro da Educação, Fernando Haddad, já havia traçado um quadro sombrio da educação estatal quando o governo lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Causou surpresa, conforme Flexa Ribeiro, a afirmação do ministro de que existem no país 18 mil escolas sem energia elétrica, nas quais estudam 840 mil alunos.

O parlamentar disse apoiar o PDE e torcer para que o governo destine mais recursos à educação básica, que até agora “continua recebendo apenas as migalhas”. Ele citou outro relatório, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelando que, entre os 30 países-membros e quatro associados (Brasil, Chile, Israel e Federação Russa), o Brasil é o que menos gasta com educação primária (US\$ 870 per capita). Portugal gasta US\$ 4.489.

# Homenagem ao militar indigenista Cândido Rondon

Senadores reverenciam em Plenário a memória do marechal, pelos 142 anos de seu nascimento, saudando ainda o centenário de criação da Comissão Rondon

Os 142 anos de Cândido Mariano da Silva Rondon, o marechal Rondon, foram lembrados ontem em Plenário. Também foi celebrado o centenário da Comissão Rondon, que desbravou o interior do Brasil para instalar linhas telegráficas e permitiu o contato com tribos indígenas ainda desconhecidas, além de revisar a geografia do país.

Proposta pelo senador Jayme Campos (DEM-MT), a sessão foi presidida por Gerson Camata (PMDB-ES) e contou com a presença do neto do marechal, Almanzar Rondon; do presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, deputado Sérgio Ricardo; do representante do presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia, deputado Professor Dantas; do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Paulo Lessa; e do secretário de Cultura do estado, João Carlos Vicente Ferreira.

Em discursos da tribuna, os senadores destacaram a contribuição de Rondon para o desenvolvimento do país. Para Jayme Campos, o marechal foi “um exemplo singular de soldado que impõe sua liderança em tempo de paz, redescobrimo os caminhos do Brasil”.

Rondon nasceu em Mimoso, atual Santo Antônio do Leverger, em Mato Grosso. Entrou para o Exército em 1881. Graduou-se pela Escola Superior de Guerra e integrou a luta contra a escravatura e pela proclamação da República. Em 1907, foi nomeado chefe da comissão responsável por instalar a primeira linha telegráfica a alcançar a Amazônia – a Comissão Rondon. O marechal aperfeiçoou a cartografia então conhecida ao acrescentar novos rios, revisar a topografia e fazer descobertas sobre a flora e fauna. Também inspirou o Projeto Rondon, movimento que procura integrar o estudante universitário à realidade brasileira, por meio de visitas a comunidades carentes. Ele faleceu no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1958.



JAYME CAMPOS

As qualidades visionárias do marechal Rondon foram ressaltadas por Jayme Campos, que destacou sua contribuição para a integração do território nacional. Ele lembrou ainda que Rondon foi o primeiro brasileiro a se dedicar à causa indígena, tendo criado o Serviço de Proteção ao Índio, que seria, conforme o senador, a base filosófica da atual Fundação Nacional do Índio.



EXPEDITO JÚNIOR

Para Expedito Júnior (PR-RO), a maior homenagem prestada pelo Brasil ao marechal Rondon foi dar o nome de Rondônia ao então Território do Guaporé. O senador destacou que o exemplo de integração entre culturas promovido pelo humanista desbravador é “modelo imperecível de construção da brasilidade”, tendo se tornado um importante pacificador de tribos indígenas no país.



ROMEU TUMA

O senador Romeu Tuma (DEM-SP) homenageou o militar pelo importante papel que desempenhou na integração e na preservação das comunidades indígenas brasileiras. – Desbravou mais de 50 mil quilômetros de sertão e estendeu mais de 2 mil quilômetros de fios de cobre, ligando as mais longínquas paragens brasileiras pela comunicação do telégrafo – ressaltou Tuma.



EDUARDO SUPLICY

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comparou o militar e indigenista a grandes nomes da história do Brasil e do mundo, lembrando que Rondon chegou até a ser indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz. – Ele, que viveu também ao tempo de Mahatma Ghandi, é um dos pioneiros da filosofia que procura nunca usar a violência ou a guerra para atingir os propósitos.



CRISTOVAM BUARQUE

Seguir o exemplo do militar que desbravou o interior do Brasil é investir em educação e cuidar do meio ambiente, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF). Essas duas frentes, disse, abririam ao país um futuro baseado na igualdade entre as classes, por meio das oportunidades educacionais e da preservação da natureza. Segundo observou, Rondon é exemplo e orgulho para o país.



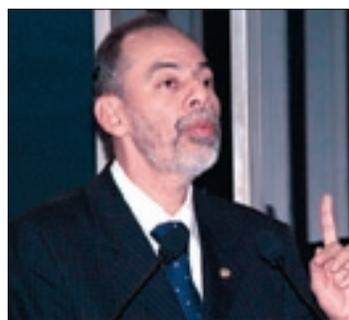
SERYS SLHESARENKO

Como forma de homenagear o marechal Rondon, Serys Slhessarenko (PT-MT) solicitou à Câmara que conclua a votação do Estatuto dos Povos Indígenas, que tramita naquela Casa. Ela pediu ainda que o estatuto, após aprovado, seja denominado Lei Cândido Rondon e sugeriu que, por ocasião dos 50 anos da morte de Rondon, em 2008, seu nome seja inserido no Livro de Aço dos Heróis Nacionais.



MÃO SANTA

Mão Santa (PMDB-PI) citou ontem, da tribuna, trecho de discurso proferido por Darcy Ribeiro quando este era senador, em que o indigenista fala sobre a influência do marechal Rondon sobre sua formação profissional. – Feliz do povo que não precisa buscar o exemplo em outras histórias, em outros países. Nossos exemplos estão aqui – ressaltou Mão Santa.



INÁCIO ARRUDA

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que o marechal Cândido Rondon e a Coluna Prestes, que se enfrentaram, tinham pelo menos um grande objetivo comum: queriam integrar ao país a região Centro-Oeste e a Amazônia. Conforme observou o senador, “muitos daqueles tenentes que se enfrentaram, dos dois lados, almejavam um Brasil com desenvolvimento em todas as regiões”.



ARTHUR VIRGÍLIO

Ao exaltar a memória de Cândido Rondon, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou a importância do trabalho do marechal junto aos povos indígenas e sua ação pela integração do país e em prol das telecomunicações. O parlamentar elogiou a iniciativa da RedeTV! em criar uma minissérie para mostrar os feitos do marechal, produzida por Fábio Barreto.



Em Plenário, senadores lembram trabalho do marechal pela integração do país